



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**A monarquia em disputa:
ligas nobiliárias e validos no reinado de Enrique IV de Castela
(século XV)**

André Luís Ferreira da Rosa Junior

Monografia de Graduação

Brasília, 2021



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**A monarquia em disputa:
ligas nobiliárias e validos no reinado de Enrique IV de Castela
(século XV)**

Monografia apresentada ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília, para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho.

André Luís Ferreira da Rosa Junior

Brasília, 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, por acender em mim a paixão pela história medieval, como também aos demais professores do Departamento de História da Universidade de Brasília, pela dedicação.

Meus agradecimentos também à banca de defesa desta monografia, a Prof. Dra. Cláudia Costa Brochado e o Ms. Marcos Vinícius Marinho Fernandes, pela atenção e disponibilidade para avaliar o meu trabalho.

Dedico esta monografia aos meus pais, Edlaine e André, sempre apoiadores, à Maria Alice, pela compreensão, e aos meus amigos, Cássio, Gabriel Soledade e Cantieri, que estiveram comigo nesta caminhada.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo analisar a presença e prestígio de alguns nobres no reinado de Enrique IV, de Castela, que se estendeu de 1454 até sua morte, em 1474. Visto como um rei fraco, Enrique IV, conhecido pela alcunha, *O Impotente*, contava com homens de confiança na corte, conhecidos como *validos*, que o aconselhavam e compartilhavam benesses muitas vezes exclusivas aos escalões mais altos do reino. Para compreender esse período e alguns aspectos da relação entre *validos* e realza, nesta monografia foram utilizadas duas crônicas que abordam o reinado, as quais revelam intenções políticas diferentes. A primeira, de Alonso de Palencia, escrita durante a época de Enrique IV, mostra objetivos que defendem o ponto de vista da nobreza oposta ao rei. A segunda crônica, de Diego Enríquez de Castillo, foi redigida quando o autor era cronista oficial da corte, assumindo, dessa maneira, um viés completamente oposto, tratando de exaltar as ações do monarca e criticar os ataques lançados pelos nobres, que tentavam “usurpar” o poder monárquico em benefício próprio. As obras historiográficas sobre o reinado de Enrique IV são numerosas. O período chama a atenção dos historiadores principalmente por sua posição antecessora do reinado de Isabel, a Católica. Percebe-se na produção historiográfica certo consenso sobre a “fraqueza” do governo de Enrique e sua incapacidade de impor o poder régio, e, como consequência, a atuação política e bélica da nobreza castelhana é apresentada com feições de “guerra civil”, portanto, de anarquia. Neste trabalho pretende-se, assim, analisar esses aspectos políticos que acabaram por configurar boa parte das percepções sobre o poder régio na Idade Média, marcadas pela dicotomia “centralização *versus* anarquia”.

Palavras-chave: Validos; Ligas Nobiliárias; Enrique IV; Castela.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the presence and prestige of some nobles in the reign of Henry IV of Castile, that extended from 1454 until his death, in 1474. Seen as a weak king, Enrique IV, known by the nickname, The Impotent, had trusted men at court, known as *validos*, who advised him and shared blessings often exclusive to the highest echelons of the kingdom. To understand this period and some aspects of the relationship between *validos* – favorites – and royalty, two chronicles were used in this monograph that address the reign, which reveal different political intentions. The first, by Alonso de Palencia, written during the time of Henry IV, shows objectives that defend the point of view of the nobility opposed to the king. The second chronicle, by Diego Enríquez de Castillo, was written when the author was an official chronicler of the court, thus assuming a completely opposite bias, trying to exalt the monarch's actions and criticize the attacks launched by the nobles, who tried to “usurp” monarchical power for their own benefit. The historiographical works on the reign of Henry IV are numerous. The period draws the attention of historians mainly for its predecessor position of the reign of Isabel, the Catholic. It is noticed in the historiographical production a certain consensus on the “weakness” of the Enrique government and his inability to impose the royal power, and, as a consequence, the political and warlike action of the Castilian nobility is presented with features of “civil war”, therefore, of anarchy. In this work, we intend to analyze these political aspects that ended up configuring a good part of the perceptions about the royal power in the Middle Ages, marked by the dichotomy “centralization versus anarchy”.

Keywords: Favorites; Alliances of Nobles; Henry IV; Castille.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – Narrativas Historiográficas	9
CAPÍTULO 2 – O valido Beltrán de la Cueva e as ligas nobiliárias	16
CAPÍTULO 3 – Da instatisfação nobiliária ao conflito sucessório	26
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	41

INTRODUÇÃO

A Baixa Idade Média, mais especificamente a região da Península Ibérica, tem como destaque político a proeminência da nobreza que vivia no âmbito da corte. Esses nobres detinham muita influência nos reinados que ascenderam e caíram durante o período, e muitas vezes se mantinham no cenário do poder, ora a favor ora contra o monarca. No entanto, percebe-se que era sempre de interesse dessas redes nobiliárquicas a manutenção da instituição monárquica, como forma de manter seus privilégios, direitos e posições.

Esta monografia tem por objetivo analisar a presença e prestígio de alguns desses nobres no reinado de Enrique IV, que se estendeu de 1454 até sua morte, em 1474, com grande relevância para a história de Castela, da Espanha e da Península Ibérica. Visto como um rei fraco, Enrique IV, conhecido pela alcunha de *O Impotente*, contava com homens de confiança na corte, conhecidos como *validos*, que o aconselhavam e compartilhavam benesses muitas vezes exclusivas aos escalões mais altos do reino. Mas, sobretudo, caracterizavam-se por governar com o rei e, para alguns, no lugar do rei. A influência sobre as decisões do rei, na opinião dos demais membros da corte, e, principalmente, daqueles que não recebiam tais benefícios, o monarca era controlado por seus homens de confiança, tornando-se mero coadjuvante nos assuntos do reino. Porém, frequentemente, é possível observar que as reclamações partiam daqueles que pretendiam aceder aos mesmos canais para disfrutar das mesmas capacidades de governo. Destaca-se essa opinião principalmente dos registros do reinado de Juan II, pai de Enrique IV, que teve como valido o Condestável Álvaro de Luna, conhecido personagem na historiografia castelhana¹ e o maior exemplo de “privação” na Castela medieval.

Enrique IV governou durante 20 anos, e a memória que sobreviveu destaca de seu reinado as intrigas e coalizões protagonizadas pelos nobres da corte. Assim como seu pai, Juan II, Enrique IV promoveu validos - ou favoritos - entre os quais se destacam: Juan Pacheco, marquês de Vilhena; Beltrán de la Cueva, duque de Albuquerque; e Miguel Lucas de Iranzo, condestável de Castela.

¹ Sobre a influência do condestável Álvaro de Luna no governo e na política castelhana de Juan II, ver PALENZUELA, Vicente Ángel Álvarez. Del gobierno de la oligarquía a la tiranía de D. Álvaro (1435-1439). *Espacio Tiempo y Forma*. Serie III, Historia Medieval, n. 30, p. 15-82, 2017.

Para compreender esse período e alguns aspectos da relação entre validos e realeza, nesta monografia foram utilizadas duas crônicas que abordam o reinado, as quais revelam intenções políticas diferentes. A primeira, de Alonso de Palencia,² publicada em 1904, mas escrita durante a época de Enrique IV, mostra objetivos que defendem o ponto de vista da nobreza oposta ao rei. Portanto, a crônica avalia as ações do rei de forma negativa, sempre confrontadas às atitudes dos nobres, cujas condutas seriam as adequadas para corrigir o rumo da monarquia e proteger a instituição de um rei fraco. A segunda crônica, de Diego Enríquez de Castillo,³ foi redigida quando o autor era cronista oficial da corte, assumindo, dessa maneira, um viés completamente oposto, tratando de exaltar as ações do monarca e criticar os ataques lançados pelos nobres, que, na opinião do autor, tentavam “usurpar” o poder monárquico em benefício próprio. A dinâmica de ambos os textos é bastante ambígua e parcial: por um lado, como os eventos eram vistos pelos nobres revoltosos e, por outro, pelo próprio monarca e pela nobreza que o apoiava.

De acordo com o modelo clássico da crônica, os autores imprimem suas opiniões ao longo dos capítulos, oferecendo aos leitores a versão “correta” e “verdadeira” dos acontecimentos que relatam. Covadonga Valdaliso Casanova explica que “o gênero cronístico é, fundamentalmente, historiográfico; no entanto, ao mesmo tempo entra no âmbito da Literatura.”⁴ Dessa forma, pode-se dizer que as crônicas medievais, principalmente do período abordado nesta monografia, são discursos narrativos que não se prendem às normas historiográficas contemporâneas, mas que ao mesmo tempo as englobam. Ao analisar as obras de Alonso de Palencia e Diego Enríquez de Castillo, é possível conhecer o pensamento não só desses autores como também dos personagens retratados nas crônicas. Ao nos depararmos com duas obras que narram o mesmo período, mas com diferentes perspectivas, é possível considerá-las como relatos literários e como valiosas obras historiográficas que “refletem a percepção que seus

² ALONSO DE PALENCIA. *Crónica de Enrique IV*, Intr. de A. Paz y Melia, BAE, vols. I – IV Madrid, 1973.

³ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego. *Cronica del Rey D. Enrique El Quarto*, Intr. de Aureliano Sánchez Martín, vol. único Madrid, 1994.

⁴ VALDALISO CASANOVA, Covadonga - "Da cronística medieval como obra literária y la literatura medieval como fuente histórica". In COLÓQUIO LITERATURA E HISTÓRIA: PARA UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR, 1, Lisboa, 2005 - "*Literatura e história: para uma prática interdisciplinar: actas*". Lisboa: Universidade Aberta, 2005, p. 115, tradução nossa. No original: "El genero cronístico es, fundamentalmente, historiográfico; pero al mismo tiempo entra en el ámbito de la Literatura."

autores tinham de seu passado, de seu presente e da História em conjunto – como registro, como exemplo, como relato da memória.”⁵.

As duas produções, apesar do tom diferente, receberam uma espécie de “autorização” de Enrique IV, possibilitando a circulação das crônicas pelo reino. Esse *selo e firma*, como é conhecido, denota certo valor agregado à produção, visto que, com a aprovação do monarca, a obra era tida como “oficial”.

Com a análise dessas crônicas, aliada ao estudo de obras historiográficas sobre o período, buscou-se compreender o contexto do reinado desde a coroação de Enrique IV até seu falecimento, analisando as relações de poder entre os diversos personagens da corte, com especial destaque para os classificados como “validos”.

Os termos *valido*, *privado* ou *favorito* surgem como vocabulário específico na história em meados do século XIII⁶, mesmo que já se encontrem exemplos em períodos anteriores. Entretanto, é interessante notar que os medievalistas partiram de conceitos modernos de valimento⁷, como os estabelecidos pela obra *Los validos en la monarquía española del siglo XVII*⁸, de Tomás y Valiente; e o ensaio dirigido por John Elliot e Laurence Brockliss, *El mundo de los validos*⁹. Por mais que a terminologia moderna seja adequada, é importante destacar as diferenças dos validos na Baixa Idade Média e, mais especificamente, em Castela.

Validos eram membros da corte, e Segundo Carceller Cerviño¹⁰, a privança era um dos meios fundamentais para a ascensão nas cortes castelhanas. Não necessariamente oriundos da alta nobreza, os privados gozavam de profunda intimidade com o monarca. Por terem uma relação bastante próxima com o rei ou com a rainha, eles geravam desconforto em parte da corte, ora por interferirem em assuntos entre o rei e a nobreza, ora pelo privilégio adquirido no círculo social e político do reino. Por se tratar de um modelo hierárquico estrito, em que a ascensão aos escalões aristocráticos

⁵ Idem, tradução nossa. No original: “también reflejan la percepción que sus autores tenían de su pasado, de su presente, y de la Historia en conjunto – como registro, como ejemplo, como relato de la memoria.

⁶ FORONDA, François. La privanza, entre monarquía y nobleza. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.), *La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa* (c. 1230-1504), Madrid: Sílex, 2006, p. 1.

⁷ CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, v. 32, p. 85-112, 2009.

⁸ TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. *Los validos en la monarquía española del siglo XVII: Estudio institucional*. Madrid: Siglo XXI de España, 2015.

⁹ ELLIOTT, John; BROCKLISS, Laurence. *El mundo de los validos*. Madrid: Taurus, 1999.

¹⁰ CARCELLER CERVIÑO, 2009, op. cit., p. 85.

superiores era difícil, “a missão do privado é dar à nobreza mediana um acesso preferencial ao rei e a seu governo, isto é, de sua pessoa e de seus reinos.”¹¹ Enquanto normalmente o poder aristocrático era alcançado por nascimento em berço nobre ou através da cavalaria¹², os favoritos atingiam suas posições através de sua relação pessoal com o rei. Dessa maneira, a privança se manifesta com características de fluidez política na qual alguns poderiam gozar de privilégios reservados aos altos nobres da corte. No entanto, deve-se considerar que os validos em sua grande maioria eram nobres, e, frequentemente, surgiam dessa nobreza cortesã.

Para François Foronda, a realeza castelhana na Baixa Idade Média possui um duplo princípio básico que explica a presença de validos e nobres na corte: o rei há de reger e também se reger. Para que cumpra essa “obrigação dupla que define o seu reinado”¹³ o monarca deve buscar conselhos de diversas maneiras, como através da criação de um Conselho Real ou de um conjunto de nobres que se envolvam nos assuntos da coroa. Em Castela, os reis atraíram a má fama de preferir os validos como principal forma de conselho. Talvez o favorito de maior destaque na Baixa Idade Média castelhana seja, como já referido, Álvaro de Luna, valido de Juan II. O Condestável, que manteve esse título por trinta anos, se destacou por deter considerável poder decisório, e por diversas vezes ser acusado de governar por intermédio do rei. Ao ser coroado, Enrique IV inicialmente construiu seu governo aos moldes do pai, também buscando conselhos de favoritos. Em seu reinado, destaca-se a presença de Juan Pacheco, o primeiro a manter a posição de valido no reinado, e Beltrán de la Cueva, personagem principal desta monografia. Contudo, os dois fizeram parte de uma nobreza cortesã repleta de personagens que compunham redes de poder com características de grande complexidade, e que não se limitavam ao rei. Portanto, a influência e as decisões da nobreza alcançaram grande destaque no governo de Enrique IV.

Nos anos iniciais desse reinado, o monarca teve como aliado uma das mais importantes figuras nobiliárquicas: Juan Pacheco. Este assumiu o título de marquês de

¹¹ FORONDA, op. cit, p. 2, tradução nossa. No original: la misión del privado es dar a la nobleza mediana un acceso preferente al rey y a su gobierno, o sea el de su persona y el de sus reinos.

¹²BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América*. Tradução de Marcelo Rede – São Paulo: Globo, 2006.

¹³ FORONDA, op. cit, p. 4, tradução nossa. No original: doble obligación que define su estado régio.

Vilhena, assim que Enrique subiu ao trono, articulando a governabilidade do reinado, como nos conta em sua crônica, Diego Enríquez de Castillo:

Teve Dom Juan Pacheco, Marques de Vilhena, que, quando menino, foi pajem de D. Álvaro de Luna, Mestre de Santiago, Condestável de Castela, e depois de algum tempo o serviu, disse ao Rei quando era príncipe. [...] E quando o Rei veio a reinar, como ele foi criado em sua casa, ele o considerou um homem de singular inteligência, ele ficou naquele mesmo lugar que ele primeiro esteve, de tal forma que ele foi o homem mais importante do seu Conselho.¹⁴

Pelo trecho da crônica, é possível perceber a presença de Juan Pacheco na corte desde pequeno, sendo *paje* do Condestável de Castela Álvaro de Luna, durante o reinado de Juan II. Pouco tempo depois, Pacheco se aproxima de Enrique, identificado no trecho como príncipe e futuro rei. Por fim, o cronista apresenta Juan Pacheco como um dos principais homens do conselho de Enrique IV, onde articulou a presença da nobreza na corte e as alianças que o rei faria durante seu governo.

O marquês de Vilhena colocou-se a serviço da corte, em 1436, no mesmo ano em que contraiu matrimônio com Angelina de Luna, sua primeira esposa. O casamento teve a aprovação de Álvaro de Luna¹⁵, homem de grande importância na vida de Juan Pacheco. Para ele, “Álvaro de Luna era o homem a superar, mas também o modelo a imitar. Ao fim e ao cabo, o condestável teve grande parte na posição que havia alcançado na corte.”¹⁶ A historiografia apresenta Álvaro de Luna como o homem mais importante e de maior prestígio no reinado de Juan II, e Juan Pacheco buscava ser essa figura no reinado de Enrique IV. No entanto, diferentemente de seu pai, Enrique não tinha apenas um válido. Pouco tempo após a sua coroação, chega à corte Miguel Lucas de Iranzo, que serviu o rei na ofensiva contra Granada, em 1455. Catherine Soriano¹⁷

¹⁴ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, op. cit, p. 15, tradução nossa. No original: “Tenia á D. Juan Pacheco, Marques de Villena, que quando mozo pequeno, fue paje de D. Alvaro de Luna, Maestre de Santiago, Condestable de Castilla, é despues que algun tempo le sirvió, diolo ál Rey quando era Príncipe. [...] E quando el Rey vino á reynar, como aquel se avia criado em su casa, é le tenia por hombres de singular ingenio, quedóse en aquella mesma cabida que primero tenia, de tal guisa, que era el mas principal hombre de su Consejo”.

¹⁵ CARCELLER CERVIÑO, 2009, op. cit, p. 97.

¹⁶ Ibidem, p. 98, tradução nossa. No original: Para Don Juan, Álvaro de Luna era el hombre a superar, pero también el modelo a imitar; al fin y al cabo el condestable había tenido gran parte em la posición que había alcanzado em la corte.

¹⁷ SORIANO, Catherine. El exilio voluntario de un condestable de Castilla, Miguel Lucas de Iranzo. *Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, Vol. VI-VII, pp. 71-79, 1988-89.

assinala alguns dos títulos adquiridos pelo valido ao chegar na corte: “*Corregidor de Baeza, Alcayde de Alcalá la Real, senõr de Baños y Linares y Chanciller Mayor*”, além de ser nomeado “*halconero mayor*” de Enrique. Essas funções demonstravam certa importância dada pelo rei ao favorito. Em 1458, após a chegada de outro valido, Beltrán de la Cueva à corte, a disputa entre os três validos centrou-se na nomeação do Mestre da Ordem de Santiago, cargo até então cobiçado por Juan Pacheco, Pedro Girón e Miguel Lucas de Iranzo. No entanto, o Rei preferiu Beltrán de la Cueva, enfurecendo os demais pretendentes. Essa nomeação, para muitos historiadores, é a chave para entender as redes nobiliárias e os conflitos internos da corte de Enrique IV.

Beltrán de la Cueva é um personagem incontornável, devido à sua importância para a política e a realeza castelhana. Nascido em Úbeda, em 1435, ele foi alvo de muitas críticas e acusações durante o reinado de Enrique IV, uma delas, a da paternidade de Juana, herdeira ao trono e causa da “guerra civil” em torno da legitimidade da sucessão ao trono. Chegou à corte, e rapidamente ascendeu até aparecer ao lado do monarca em praticamente todas as decisões durante esse período. Causou a insatisfação da nobreza, principalmente de Juan Pacheco, seu irmão Pedro Girón, e do Arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo, que o acusavam de não pertencer àquele espaço, devido à sua “linhagem desconhecida”.

Outra chave política importante para a compreensão dos confrontos e desacordos desse período, são as ligas nobiliárias, descritas como “pactos coletivos, de nobres unidos por uma causa comum, que se levantam e tratam de impor suas regras ao monarca e ao grupo que lhes é fiel”¹⁸. Partindo dessa definição, as ligas nobiliárias do reinado de Enrique IV tinham como objetivo impor os desejos de uma nobreza insatisfeita com o Rei, e que se justificavam por meio de argumentos de proteção à monarquia. Ao recorrer a alianças que se estabeleciam por parentesco ou pelo matrimônio, famílias uniam-se em torno de interesses comuns, em favor ou contra o monarca. É importante ressaltar que o objetivo dos nobres não era tomar a coroa para si, ou minar a monarquia como instituição, mas a manutenção do poder régio, entendido

¹⁸ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar. *Realidad y representación de la nobleza castellana del siglo XV: el linaje de la Cueva y la casa ducal de Albuquerque*. Universidad Complutense de Madrid: Servicio de Publicaciones, 2006, p. 609, tradução nossa. No original: Son pactos colectivos, de nobres unidos por una causa común que se levantan y tratan de imponer sus reglas al monarca y al grupo que le es fiel.

como instância da qual esses grupos nobres creem ter direito legítimo a participar. Nesse sentido, destaca-se o problema que supõe a utilização do conceito “guerra civil” para classificar essas ligas, muitas vezes adotado pela historiografia.

As obras sobre o reinado de Enrique IV são numerosas. O período chama a atenção dos historiadores principalmente por sua posição antecessora do reinado de Isabel, a Católica. Percebe-se na produção historiográfica certo consenso sobre a “fraqueza” do governo de Enrique e sua incapacidade de exercer o poder régio. Além disso, a posição majoritária dos historiadores é a de que o rei seria, por si próprio, responsável pelos sucessos e fracassos de seu reinado, e cabia a ele controlar os nobres que circulavam no seu entorno. Juan Pacheco é apresentado quase sempre como o nobre de maior importância do reinado, e suas ações são consideradas como necessárias para conter os danos provocados pela má administração do rei. Já Beltrán de la Cueva é destacado por seu envolvimento no caso da paternidade da filha de Enrique, Juana, conhecida pela alcunha “la Beltraneja”. A historiografia, assim, prefere explorar o suposto envolvimento amoroso de Beltrán com a rainha de Castela, Joana de Portugal, e também com o próprio rei. A atuação política de Beltrán e a extensão de sua presença nas decisões do reinado são pouco, ou quase nada, mencionadas.

Entre os trabalhos de maior destaque sobre esse período, selecionamos o *Bosquejo Historiográfico de Beltrán de la Cueva*¹⁹, escrito por Antonio Rodríguez Villa, em 1881, que reflete a visão política do século XIX. De outra forma, a tese de doutorado da professora Maria del Pilar Carceller Cerviño, *Realidad y representación de la nobleza castellana del siglo XV*²⁰, que propõe estudo detalhado sobre a linhagem de La Cueva, desde o primórdios, em Úbeda, até a Casa de Albuquerque, focando no personagem de talvez maior destaque: Beltrán de la Cueva. Esses dois trabalhos, juntamente com outros que abordam aspectos políticos, econômicos e sociais, serão analisados no decorrer da monografia.

No primeiro capítulo, pretendemos apresentar alguns problemas relativos à construção do objeto de estudo através de uma bibliografia de síntese e monográfica,

¹⁹ RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. *Bosquejo historiográfico de Don Beltrán de la Cueva, primer duque de Albuquerque*, Madrid: Luis Navarro Editor, 1881.

²⁰ CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. *Realidad y representación de la nobleza castellana del siglo XV el linaje de la Cueva y la casa ducal de Alburquerque*. Universidad Complutense de Madrid: Servicio de Publicaciones, 2006.

com vistas a entender diferentes maneiras de interpretar o problema. A seguir, no segundo capítulo, nos debruçaremos sobre o reinado de Enrique IV e a formação das ligas nobiliárias, protagonistas das disputas de sucessão, buscando distinguir, com base nas tipologias documentais e bibliográficas, as lógicas de cada uma, bem como evidenciando suas alianças e inimizades, analisando a classificação de “rei fraco” que se atribui a Enrique IV, bem como a presença dos validos na corte e a reação da nobreza cortesã. No capítulo que conclui este trabalho, estudaremos os conflitos e suas resoluções, perscrutando os objetivos da nobreza à luz das lógicas pluralistas jurídicas que configuravam o cenário político de Castela, no século XV.

CAPÍTULO 1

Narrativas historiográficas

Durante a escrita desse trabalho, algumas obras foram analisadas detidamente, com o objetivo de ver como os autores, em suas diferentes produções, interpretam o governo de Enrique IV e seus atores, bem como os argumentos que escolhem para aludir ao rei e aos nobres que participaram das ligas nobiliárias.

1. Historiografia de síntese

Para a realização dessa etapa, escolhemos duas obras que configuram uma análise de síntese, de dois medievalistas de renome, mas representantes de gerações distintas. Selecionamos a *Historia de España: Edad Media*²¹, de Luis Suárez Fernández, de 1970, e o *Épocas Medievales: Historia de España*²², de Eduardo Manzano Moreno, de 2010. Apesar da distância temporal que os separa, de forma geral suas visões consideram o governo de Enrique IV como um momento de instabilidade, um “*estado llano*” que precedeu a união entre Castela e Aragão, fruto do casamento de Isabel e Fernando, os Reis Católicos. Nesse sentido, pensamos que é de suma importância investigar esses autores, comparando-os entre si e com as historiografias de caráter monográfico sobre o período, para tentar compreender as lógicas que dão sentido à maneira pela qual eles avaliam o reinado de Enrique.

Suárez Fernández apresenta a história de Castela, na Idade Média, de um ponto de vista político. Os capítulos que competem ao recorte deste estudo são: XXXVI, XXXVIII e XXXIX, que englobam a totalidade do governo de Enrique IV, abordando também o final de seu reinado e o início do governo de Isabel, a Católica. O autor propõe uma abordagem mais geral do período, sem entrar em demasiados detalhes, mas conseguindo explicar algumas especificidades dos reinados castelhanos.

²¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *História de España: Edad Media*, Editorial Gredos S.A. Madrid, 1970

²² MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas Medievales: História de España vol. 2*, Editorial Critica, Barcelona, 2010.

Manzano Moreno, apesar de abranger um milênio da história espanhola, dá bastante atenção ao reinado de Enrique IV. O capítulo 12, intitulado “*Conflictos y Estado*”, inicia com uma discussão sobre a legitimidade do poder monárquico em Castela, por meio das atribuições políticas do final da época de Juan II, as questões que envolveram o condestável Álvaro de Luna, a ascensão e queda de Enrique IV, apresentado como predecessor de Isabel, a Católica.

As abordagens desses autores são bem distintas ao tratarem do governo de Enrique IV. A obra de Suárez Fernández, por exemplo, mal menciona o válido Beltrán de la Cueva, desconsiderando um dos problemas políticos recorrentes na historiografia que costuma analisar esses reinados: os favoritos dos reis. Já Manzano Moreno, demonstra uma preocupação maior com a formação e os interesses das redes nobiliárias, ressaltando o papel de Beltrán de la Cueva, bem como o dos casamentos régios.

Seguindo a pista bélica, Luis Suárez Fernández se propõe a analisar a estrutura econômica e social de Castela às vésperas do que chama de “*Las grandes guerras*”²³. Eduardo Manzano Moreno, por seu lado, aborda as agitações nobiliárias que findaram no campo de batalha, classificadas como “guerras civis”, destacando a importância dos nobres na administração do reino, principalmente de Juan Pacheco e de Alonso Carillo. Mesmo com estratégias distintas, os autores não se aprofundam no reinado de Enrique IV, principalmente no que se refere à presença dos validos na corte.

Eduardo Manzano Moreno, por explorar a questão nobiliárquica com maior profundidade, apresenta a corte como “cabeça, coração e alma do povo”²⁴. Suárez Fernández, por outro lado, traça a história do *Consejo del Rey* e seu papel na monarquia castelhana do século XV. Instaurado em 1371 por Enrique II, e, posteriormente, reformado por Juan I, em 1385, o *Consejo*, composto principalmente por juristas, era o tribunal de justiça para as apelações que chegavam ao rei. Por muito tempo, esse órgão teve um papel mais abrangente, até ser fragmentado por Juan II, que criou o *Consejo de Justicia* para que este realizasse as tarefas do governo. Ainda sobre essa instância, o autor menciona que a suprema jurisdição civil ficava sob tutela da *Audiencia*, cujos

²³ O autor se refere aos conflitos internos ocorridos durante o governo de Enrique IV: a Farsa de Ávila e a Batalha de Olmedo, que serão objeto de reflexão posteriormente.

²⁴ MANZANO MORENO, Eduardo. op. cit., p. 636, tradução nossa. No original: “cabeza, corazón y alma del pueblo”.

oficiais, bem como os do *Consejo*, eram financeiramente recompensados pelas suas funções²⁵. Adiante, escreve também sobre a *Camara*, órgão fiscal da monarquia e da chancelaria, encarregada de expedir e cobrar títulos. Destaca-se aqui certa semelhança entre as abordagens iniciais dos autores, apresentando instrumentos e espaços ocupados pela nobreza que evidenciariam a sua influência sobre os monarcas. Enquanto Manzano Moreno demonstra a presença dos nobres na corte, Suárez Fernández apresenta a constituição de órgãos de governo que eram, em sua maioria, ocupados por nobres cortesãos. Embora por caminhos distintos, os argumentos historiográficos apontam para a apropriação do espaço da corte pela nobreza.

O fato escolhido por ambos os autores para dar início ao reinado de Enrique IV é o divórcio deste com sua primeira esposa, Blanca de Navarra. Embora Manzano Moreno dê alguma atenção ao casamento, sua avaliação é que esse laço teria sido pouco eficaz na medida em que se limitava a selar um acordo entre Castela e Aragão, mas do qual o monarca castelhano preferiu se distanciar, por meio do divórcio. O autor revela a existência de um tribunal que tinha como objetivo investigar e avaliar o casamento real, concluindo que tal não havia sido consumado e, portanto, não teria validade eclesiástica.²⁶

Suárez Fernández, por sua vez, apenas menciona o fato, preferindo dar mais atenção aos papéis de Juan Pacheco e seu irmão, Pedro Girón. O autor praticamente desconsidera a personagem central ao período, Beltrán de la Cueva, como no trecho a seguir:

Sob a influência de sua jovem esposa, o monarca tendia a se distanciar do marquês de Vilhena e elevar outros novos validos como Dom Beltrán de la Cueva e Miguel Lucas de Iranzo [...].²⁷

Nota-se a posição de destaque do marquês de Vilhena, Juan Pacheco, diminuindo a presença de Beltrán de la Cueva na corte. Explicita-se ainda a importância da nova esposa de Enrique, Joana de Portugal, provavelmente pelos rumores sobre as

²⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. op. cit., p. 523.

²⁶ MANZANO MORENO, Eduardo. op. cit., p. 652.

²⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. op. cit., p. 547, tradução nossa. No original: “Bajo la influencia de su joven esposa, el monarca tendía a distanciarse del marqués de Villena y a elevar otros nuevos valores como don Betrán de la Cueva e Miguel Lucas de Iranzo [...]”.

relações amorosas entre a rainha e Beltrán, que embasariam acusações sobre a paternidade de Juana, “a *Beltraneja*”.

Seguindo pela via da explicação bélica, o autor discorre sobre *las campañas*, uma ofensiva a Juan II de Aragão, conflito no qual Juan Pacheco se fez presente nos dois lados, ao “buscar secretamente um acordo com os aragoneses”²⁸, culminando na reconciliação entre os reinos. Suárez Fernández destaca que “o marquês de Vilhena podia considerar-se inteiramente vencedor: oferecia seus bons serviços ao rei para a paz com a liga e a Juan II para a reconciliação com Castela”²⁹.

O autor destaca, portanto, as ligas nobiliárias, que se formaram como grupos opostos, onde se encontravam, de um lado, Enrique IV e Beltrán de La Cueva, e, do outro, Juan Pacheco, Pedro Girón e Alfonso Carillo. Essas ligas têm papel predominante no governo de Enrique, principalmente para compreender as configurações que a historiografia denomina “guerras civis” e de sucessão, que levam Isabel, a Católica, ao trono.

Sua obra é, entre as duas selecionadas, a mais completa no que se refere aos conflitos no reinado de Enrique IV. No entanto, salienta-se o silêncio relativamente ao papel dos condestáveis e dos validos na corte, bem como a formação dos grupos a favor e contra o rei, liderados respectivamente pela família Mendoza e por Juan Pacheco. Esses grupos foram os responsáveis pelos grandes conflitos mencionados pelos autores e classificados como “guerras civis” castelhanas.

Para efeitos de comparação, e também com o intuito de compreender o “pano de fundo” das narrativas historiográficas de maior fôlego temporal, escolhemos dois autores que, como já mencionado, escreveram suas histórias em tempos bastante diferentes. Embora fosse interessante analisar as implicações das respectivas temporalidades, em termos do contexto político e social da própria Espanha, isso não será possível neste estudo. Entretanto, há pelo menos dois aspectos comuns que, apesar das diferenças de estilo da escrita e das filiações teóricas de Suárez Fernández e Manzano Moreno, chamam a atenção: primeiro, a percepção geral de que o reinado de

²⁸ Idem, tradução nossa. No original: “buscar secretamente la amistad aragonesa”.

²⁹ Ibidem, p. 549, tradução nossa. No original: “el marqués de Villena podía considerarse enteramente vencedor: ofrecía sus Buenos oficios al rey para la paz com la liga y a Juan II para la reconciliación con Castilla”.

Enrique IV configurou um “estado fraco”; segundo, e como consequência, que a atuação política e bélica da nobreza castelhana teria feições de “guerra civil”, portanto, de anarquia.

2. Historiografia monográfica

Paralelamente a esses estudos mais gerais sobre a história da Espanha, com foco na Idade Média, existem trabalhos historiográficos, especificamente, sobre o período do governo de Enrique IV. Dois deles, já citados na introdução desta monografia, são a tese de doutorado de María del Pilar Carceller Cerviño, “*Realidad y representación de la nobleza castellana del siglo XV: el linaje de la Cueva y la Casa Ducal de Albuquerque*” e o “*Bosquejo Historiográfico de Beltrán de la Cueva*”, de Antonio Rodríguez Villa. Além desses dois, outro trabalho historiográfico exaustivamente usado durante a produção desta monografia foi a “*Historia de Villena: desde la prehistoria hasta el siglo XVIII*”³⁰, escrita por Jose María Soler García. Esses estudos, como anunciam seus títulos, pretendem abordar diferentes assuntos, mas todos relacionados com o governo de Enrique IV, cada qual à sua maneira.

A tese de Carceller Cerviño reconstrói a linhagem dos La Cueva, desde suas origens, em Úbeda, até o primeiro duque de Albuquerque, Beltrán de la Cueva. À primeira vista, identifica-se um tema negligenciado pelas duas obras da historiografia de síntese, anteriormente analisadas: a figura do valido. A autora dedica alguns capítulos de sua tese a Beltrán e a sua atuação no reinado de Enrique IV, traçando os antecedentes à coroação do monarca, a chegada do valido à corte e as “guerras civis” e de sucessão castelhana. No entanto, sente-se falta de uma exploração mais detida relativamente ao papel político da nobreza cortesã.

De viés similar, os trabalhos de Rodríguez Villa e Soler García constituem abordagens distintas em conteúdo, mas semelhantes em motivação: uma biografia de Beltrán de la Cueva e um estudo da vila de Vilhena, domínio do Marquês, título concedido a Juan Pacheco no início do reinado de Enrique IV. É clara a influência dessas casas na produção desses livros. O primeiro, escrito no século XIX, revela seu

³⁰ SOLER GARCÍA, José María. *Historia de Villena: desde la Prehistoria hasta el siglo XVIII*, Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006.

caráter ao elevar a figura de Beltrán e reabilitar a personagem que parecia abandonada pela história. Já o segundo, escrito nos anos finais do século XX, traça a história da comarca de Vilhena, localizada no sudeste da Espanha. No capítulo que compete ao período estudado, Soler García inicia mencionando a anulação do matrimônio de Enrique com Blanca de Navarra, e o posterior casamento com Joana de Portugal. Já nas primeiras linhas, o autor trata o rei como um “débil monarca castelhano”³¹, atribuindo o início dos conflitos entre o monarca e a nobreza cortesã a esse caráter. Soler García considera a presença de Beltrán de la Cueva na corte e o casamento de Enrique com Joana, oriunda de Portugal, como ofensa para algumas famílias castelhanas. O autor atribui o início desses conflitos à presença e influência de Juan Pacheco na corte.

Citando a mobilização militar, tanto do rei quanto dessas famílias de nobres, ele apresenta as *hermandades*, “que se converteram na representação armada do estado fraco”³². Embora não fique claro o conceito de estado utilizado, deduz-se que se refira ao modelo weberiano. Adiante, trata dos movimentos que deram início à Farsa de Ávila³³, mencionando as diversas tentativas de acordo entre os nobres e o rei, sempre exaltando a presença de Juan Pacheco nas negociações e sua capacidade de equilibrar os dois lados, saindo vencedor. Novamente, considerando o governo, na perspectiva do modelo weberiano, o autor menciona, por exemplo, as tentativas dos nobres de “limitar a influência dos muçulmanos e judeus nos negócios do estado, e estabelecia o controle dos procuradores sobre os pressupostos votados pelas cortes”³⁴, se referindo à *Sentencia de Medina del Campo*.³⁵

O autor aborda ainda os atritos gerados em torno da nomeação do mestre da Ordem de Santiago, salientando que, em 1467, Juan Pacheco reuniu o *Consejo de los Trece*, na cidade de Ocaña, conseguindo esse título. Soler García insiste em mencionar

³¹ SOLER GARCIA, Jose Maria. op. cit., p. 160.

³² Idem, tradução nossa. No original: “que se habían convertido en la representación armada del estado llano”.

³³ Trataremos deste “fato político” mais adiante.

³⁴ Idem, tradução nossa. No original: “limitar la influencia de morros y judíos en los negocios de estado, y establecia el control de los procuradores sobre los presupuestos votador por las Cortes”.

³⁵ A Sentença de Medina del Campo, como é conhecida, foi uma determinação de Enrique IV, pela qual tomava medidas contra muçulmanos e judeus, exigindo que esses povos se mudassem para longe dos cristãos e os impedindo de construir sinagogas e mesquitas. A Sentença não foi efetivada, porém percebe-se que essa medida tinha como objetivo agradar os nobres liderados por Juan Pacheco, que buscavam maior influência nos negócios do estado.

que essa nomeação não foi comunicada nem ao Papa nem ao Rei, coisa que seria de extrema importância. Nesse sentido, percebe-se que autor pretende exaltar a figura de Juan Pacheco, como ator político de grande envergadura, ainda que a referida titulação não se tenha concretizado.

Concluindo, alguns questionamentos podem ser levantados a partir da análise dessas obras. Percebe-se que a imagem construída pelos autores de Enrique IV é a de um governo fraco. No entanto, essa mesma historiografia registra que os 20 anos de reinado foram marcados por diversos conflitos dos quais o monarca saiu vitorioso. Portanto, não seria possível concluir que Enrique IV se revelou conciliador e estrategista? Da mesma forma, a historiografia permite depreender que o rei tinha capacidade para estabelecer alianças eficazes para se opor à liga nobiliária liderada por Juan Pacheco, muito embora pareça que os historiadores preferem exaltar as ações do Marquês de Vilhena, desconsiderando suas derrotas em Ávila e Olmedo. Apesar dos rumores sobre sua vida sexual e as críticas a sua “proximidade excessiva” com Beltrán de la Cueva, o monarca mostrou-se capaz de governar, o que contradiz a ideia de um rei fraco ou de um reinado destinado a sucumbir frente às alianças formadas contra ele.

CAPÍTULO 2

O valido Beltrán de la Cueva e as ligas nobiliárias

A sociedade medieval, como explica Georges Duby, em seu livro *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*,³⁶ concebia-se de forma particular. Essa teoria apresenta a sociedade como um corpo, e cada ordem como uma parte deste, cooperando entre si para atingir o bem comum – entendido como o bem do reino, conceito definido por quem detinha o poder. Regido por Deus, e tendo os monarcas como seus representantes mais diretos, o corpo político medieval também contava com os clérigos e os cavaleiros como partes importantes e colaboradoras da cabeça do reino, o rei. Por fim, havia as ordens inferiores, incumbidas do serviço às demais ordens e da produção de riquezas, indispensáveis à realização do bem comum. Dessa forma, ao se falar da nobreza castelhana e de sua relação com a cabeça do corpo político, representada por Enrique IV, é importante frisar que o monarca não decidia sozinho os rumos do reino e que havia uma colaboração entre as partes, evidenciando a impossibilidade de que governo fosse concebido de forma monopolista. Esse conceito de cooperação também está associado à ascensão nobiliária na corte. Por feitos políticos, militares ou simplesmente pela linhagem, era fundamental que o rei concedesse mercês e títulos aos nobres para assegurar apoios. Essas concepções serão abordadas neste capítulo.

Como apontou Carceller Cerviño³⁷, a nobreza lutou para alcançar posições de destaque e prestígio na corte de Enrique IV, e a partir da chegada de Beltrán, os nobres que buscavam ascender deveriam passar também pelo aval do valido, o que gerou a insatisfação, não só dos que pretendiam prosperar, como também dos que já estavam instalados. Esse conflito foi uma das peças mais importantes para a trajetória do reinado. Muito se discutiu sobre as relações de Beltrán com o Rei, tanto de cunho político, quanto sexual. A herdeira de Enrique, Juana, ficou conhecida como “*la Beltraneja*”, por não ser reconhecida como filha não do Rei, mas, sim, de Beltrán de la Cueva, o que estimulou a insatisfação da corte com o monarca e seu valido. A aparente ilegitimidade de Juana influenciou a liga nobiliária de Juan Pacheco a fomentar a

³⁶ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Paris: Editorial Estampa, 1994.

³⁷ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar. *Realidad y representación de la nobleza castellana del siglo XV el linaje de la Cueva y la casa ducal de Alburquerque*. Universidad Complutense de Madrid: Servicio de Publicaciones, 2007.

ascensão de D. Alfonso, irmão do rei, à coroa. Posteriormente, também Isabel, a Católica, recorreria a esse rumor para embasar sua reivindicação ao trono.

Para entender a influência que detinha Beltrán de la Cueva na corte de Enrique IV, é preciso primeiramente entender a situação política do reinado em 1456, quando o valido chega à corte. Para o cronista Diego Enriquez de Castillo, os primeiros anos do governo de Enrique foram tranquilos,³⁸ enquanto para Alonso de Palencia³⁹, nem tanto. As duas crônicas relatam, de maneira distinta, o ataque de Castela contra os muçulmanos em Granada, em 1455. Para Castillo, o rei era:

[...] piedoso, e não cruel, mais amigo da vida dos seus do que do derramamento de seu sangue, dizia: que então a vida dos homens não tinha preço nem equivalência; era um erro muito grande consentir em aventurá-la.⁴⁰

Já para Palencia, o rei fingia sentimentos de bondade ao afirmar que a empreitada contra Granada foi “uma conduta vergonhosa de D. Enrique”⁴¹. Por esses trechos, já se percebem as diferenças de perspectiva das crônicas, que serão evidenciadas adiante. Sendo a guerra uma das principais formas da nobreza demonstrar seu valor, a maneira como Enrique IV conduziu o ataque não teria permitido que esta cumprisse tal papel. O rei adotara uma estratégia de enfraquecimento material, queimando plantações e cercando as fronteiras de Granada, o que, segundo Palencia, deixou os nobres insatisfeitos.

A presença dos validos na corte sempre foi destaque no governo de Enrique, mesmo antes da chegada de Beltrán. Um dos principais personagens que se destaca nesse papel é o próprio Juan Pacheco, além de Miguel Lucas de Iranzo. É importante abrir um parêntese para sublinhar a presença deles na corte, por também serem validos do rei e, no caso de Pacheco, responsável direto pela Farsa de Ávila⁴² e pelo conflito sucessório que levou à coroação de Isabel, a Católica.

³⁸ ENRÍQUEZ DE CASTILLO, op. cit, p. 22 e 23

³⁹ ALONSO DE PALENCIA, op. cit, p. 176 Tomo I

⁴⁰ ENRÍQUEZ DE CASTILLO, op. cit, p. 23, tradução nossa. No original: “[...] piadoso, é no cruel, mas amigo de la vida de los suyos, que derramador de su sangre, decia: que pues la vida de los hombres no tenia precio, ni avia equivalência, que era muy grand yerro consentir aventuralla.”

⁴¹ ALONSO DE PALENCIA, op. cit, p. 176 Tomo I, tradução nossa. No original: “uma conducta vergonhosa de D. Enrique”

⁴² Tanto a Farsa de Ávila quanto a Batalha de Olmedo e o conflito sucessório resultante dos eventos citados serão objeto de análise mais adiante nesta monografia.

A ascensão de Miguel Lucas está diretamente ligada à guerra de Granada⁴³, em 1455, onde serviu ao Rei, vinculado a Juan Pacheco, e ascendeu na corte através dos favores de Enrique IV. Após a nomeação de Beltrán de la Cueva para o mestrado de Santiago, enfurecendo os demais pretendentes, Miguel Lucas se afastou da corte, mas logo retornou contra sua vontade, sendo forçado a fazer um juramento no qual acompanharia o Rei por dois meses em suas viagens, não podendo declinar das nomeações que havia recebido. Ao final dos dois meses, alegando uma lesão física, retirou-se para a cidade fronteiriça de Jaén, onde “as preocupações do Condestável eram a defesa da fronteira e a representação de sua alta dignidade em atos espetaculares”⁴⁴. Nota-se certo silêncio sobre Miguel Lucas na historiografia, talvez porque o valido tenha se afastado da corte tão cedo e sem cerimônia. A atenção recai, principalmente, sobre o título de Condestável, talvez pela força que ainda se atribua à memória de Álvaro de Luna, antigo e poderoso ocupante do cargo. Não se sabe ao certo os motivos pelos quais Miguel Lucas recebeu o título, mas se pode especular que a concessão permitiria que Enrique, por meio desse ato, começasse a se afirmar como monarca, retomando a maneira de governar de seu pai, assemelhando seu modo de reinar ao de Juan II. De toda forma, a curta trajetória de Miguel Lucas de Iranzo não o colocou como ator nas “guerras civis” do reinado de Enrique.

Juan Pacheco foi sem dúvidas um dos personagens de maior destaque na corte de Enrique IV. O marquês de Vilhena fazia parte da nobreza castelhana desde o reinado de Juan II. Sendo aconselhado desde sua chegada na corte por Álvaro de Luna, foi em 1436 que o marquês se aproximaria do Príncipe de Astúrias. Como *paje*, Pacheco já era considerado o “grande privado do príncipe”⁴⁵. Assim, teve rápida ascensão dentro da nobreza ao lado do futuro rei, aconselhando-o nas funções que lhe cabiam, se utilizando

⁴³ A ofensiva contra Granada se deu após as Cortes de Cuellár em 1455, em que, como conta a crônica de Diego Enriquez, o Rei invocou seus vassallos para uma guerra justa na região da Andalúcia contra os muçulmanos (ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, 1994, pp. 16-21). Esta foi a primeira guerra do governo de Enrique IV, e relata Alonso de Palencia que, para Enrique IV, a guerra teve como objetivo ganhar a graça dos nobres em um período conturbado da sucessão castelhana (ALONSO DE PALENCIA, 1953, pp. 149-151 Tomo I).

⁴⁴ ENRÍQUEZ DE CASTILLO, op. cit, p. 73

⁴⁵ PÉREZ DE GÚZMAN, Fernán. *Crónica del Serenísimo Príncipe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en León*. Rosell (ed. y notas), Madrid: Ediciones Atlas, 1953, p. 607, tradução nossa. No original: “gran privado del Príncipe”.

dos ensinamentos que recebeu de Álvaro de Luna⁴⁶, cada vez mais estreitando seus laços com Enrique. Na crônica de Alonso de Palencia, há um trecho emblemático:

As mesmas artes usou D. Juan Pacheco para levar o príncipe D. Enrique a fazer uma causa comum com aqueles que estavam trabalhando pela ruína da sua pátria, porque enquanto o “de Luna” participava da elevação de D. Juan Pacheco, esse preparava a vingança do valido, e não pelo efeito de afeto recíproco, mas pelo desejo comum de criar aqueles que gostariam de ver prepotentes e humilhar aqueles que desejavam deixar abatido.⁴⁷

No que se refere aos demais nobres da corte, Pacheco tinha vínculos com seu irmão, Pedro Girón, e com o Arcebispo de Toledo, Alfonso Carillo. Juntos formaram, em 1464, uma liga nobiliária oposta ao Rei, responsável pela Farsa de Ávila e, conseqüentemente, se oporia também ao monarca na Batalha de Olmedo.

Junto a Juan Pacheco e Miguel Lucas de Iranzo, em 1456, Beltrán de la Cueva entra em cena, inicialmente como *paje* e se tornando rapidamente mordomo, em 1458. Percebe-se, nessa rápida ascensão, que Beltrán se destacou não só politicamente, como militarmente, ao lado de Enrique IV, e o ofício de mordomo representava essa elevação, por possibilitar que participasse diretamente nos assuntos da corte. Além de ter sido beneficiado com diversos territórios em Castela, a influência de Beltrán de la Cueva na corte se evidencia em 1460, quando entra no *Consejo del Rey*, detendo então a “capacidade de intervir nos assuntos de Estado de uma forma direta, ainda que ressaltada naturalmente pela vontade régia [...]”⁴⁸. Neste mesmo ano, Enrique IV concede a Beltrán de la Cueva o território de Andrada, pertencente à família de Álvaro de Luna, a qual não reconhecia a autoridade do rei após a morte do Condestável.

⁴⁶ Carceller Cerviño aponta que Juan Pacheco foi o indutor das ações do príncipe Enrique tanto contra o Rei Juan II quanto contra o condestável Álvaro de Luna, o que é uma reprodução da crônica de Alonso de Palencia, como o trecho a seguir mostra. (CARCELLER CERVIÑO, 2009)

⁴⁷ ALONSO DE PALENCIA, op. cit, p. 52 Tomo I, tradução nossa. No original: “Iguales artes empleó D. Juan Pacheco para arrastrar al príncipe D. Enrique á haver causa común com los que por la ruina de su pátria trabajaban, pues mientras el de Luna atendía á la elevación de don Juan Pacheco, éste preparaba la venganza del Privado, y no certamente por efecto de recíproco cariño, más por el común anhelo de levantar á los que querían ver prepotentes, y humilhar á los que deseaban dejar abatidos.”

⁴⁸ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar, 2006, op. cit, p. 119, tradução nossa. No original: capacidad para intervenir en los asuntos de Estado de una forma directa, aunque matizada naturalmente por la voluntad regia [...]”

Esses domínios representavam mercês de grande envergadura na Castela Medieval, principalmente aqueles pertencentes ao favorito de Juan II. É importante notar também que Juan Pacheco, o marquês de Vilhena, havia se casado com Angelina de Luna⁴⁹ anos antes do início do reinado de Enrique IV, bem como servido a Álvaro de Luna, antes da morte do condestável. Desta forma, Juan Pacheco entendia como natural e de seu direito a sucessão a terras e ofícios que pertenceram ao valido de Juan II, uma vez que além dos vínculos matrimoniais que o atavam à família do falecido Condestável, fora por muitos anos seu aprendiz.

De forma similar, com grande influência na corte, Beltrán tampouco descuidava dos laços familiares. Antonio Rodríguez Villa conta, em seu *Bosquejo Historiográfico de Beltrán de la Cueva*, que o valido nomeou – por intermédio do Rei – seu irmão Gutierre de la Cueva como bispo de Palencia e conde de Pernia⁵⁰. À luz desses fatos, observa-se que o prestígio de Beltrán na corte era grande. O valido conseguiu ascender de forma eficaz durante o reinado de Enrique IV, resultando em seu casamento com Mencía da família Mendoza, uma das mais influentes de Castela, além de conseguir sua nomeação para o *Consejo del Rey*, bem como a de familiares para cargos de importância.

Destacada a presença desses validos na corte, deve-se analisar também os conflitos que geraram o surgimento das ligas nobiliárias e findaram no conflito sucessório que marcou o reinado de Enrique IV. Além das questões políticas e econômicas, a proximidade do Rei com seu valido tem outras implicações. Desde que chegou à corte em 1456, rumores sobre uma suposta relação entre Beltrán de la Cueva e Enrique IV percorriam as cidades castelhanas. No entanto, tal como já referido, foi com o nascimento de Juana, filha de Enrique com a rainha Joana, que os boatos tomaram vastas proporções. Beltrán era, para o povo, amante tanto do Rei quanto da Rainha, e não demorou muito para que a paternidade de Juana fosse atribuída ao valido, devido aos problemas que se atribuíam ao Rei para gerar herdeiros. No livro de Manzano

⁴⁹ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar, 2009, op. cit, p. 97

⁵⁰ RODRIGUEZ VILLA, Antonio. *Bosquejo historiográfico de don Beltrán de la Cueva*, primer duque de Albuquerque, Madrid: Luis Navarro Editor, 1881, p. 10

Moreno sobre a história da Espanha⁵¹, há um poema que explicita a opinião do povo sobre a presença de Beltrán de la Cueva na corte:

*“Y es publica voz y fama
Que odiste personas tres,
à tu amo y à tu ama
Y à la hija del marqués.
Odes al Rey y à la Reina,
odes las tres Badajozes;
Y todo el mundo se espanta
Como no odes à la Infanta”*

Esta composição, ainda que não o cite diretamente, refere-se ao valido do Rei, que, após o nascimento da herdeira, em 1462, foi acusado de ser genitor da princesa. Após as diversas especulações sobre a potência sexual do Rei, e até mesmo sobre sua sexualidade, com a gravidez da Rainha começaram os rumores sobre a paternidade da mesma, com suspeitas que apontavam na direção de Beltrán. O poema também alude a mulheres da família Badajoz, à esposa de Beltrán – filha do marquês de Santillana –, bem como à Infanta Isabel, futura Rainha. Percebe-se, por esses versos, que a imagem pública, tanto do Rei, como de sua corte, estavam desgastadas.⁵²

Nascida em 1462, Juana desde cedo causou tensões na corte castelhana. Como a opinião pública apoiava o rumor de que Beltrán de la Cueva era pai da princesa, alguns nobres, insatisfeitos com o Rei, formaram ligas nobiliárias, as quais deram, em grande medida, o tom político do reino de Castela no século XV. Por uma teia de relações fluídas e sempre adaptáveis, as ligas definiram conflitos e até mesmo coroaram reis. As duas ligas principais para se entender o conflito sucessório que resultou no fim do reinado de Enrique IV foram as integradas por Juan Pacheco e seu irmão Pedro Girón, e a composta por Beltrán de la Cueva, a família Mendoza e o próprio monarca.

Entretanto, os descontentamentos nobiliários não se explicam somente pelos rumores que atingiram a infanta Juana. Havia outros motivos, sendo um deles as

⁵¹ MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas Medievales: História de España* vol. 2, Barcelona: Editorial Crítica, 2010, p. 653.

⁵² CARRASCO MANCHADO, A. I. *Enrique IV de Castilla*. Esbozo de una representación de la propaganda política. Orientaciones. Revista de Homosexualidades, Madrid, n. 2, 2001.

disputas, já mencionadas, em torno do mestrado de Santiago, objeto de cobiça na corte e importante peça no que se refere às mercês concedidas pelos reis castelhanos no século XV.

Com a coroação, em 1454, a Enrique também lhe foi concedido o título de mestre de Santiago. No entanto, este cargo é especial quando comparado a outros similares. Pedro Porras Arboledas, em sua tese de doutorado⁵³, explora os aspectos políticos, econômicos, demográficos e sociais que abrangiam a Ordem de Santiago.

A Ordem possuía importante papel, principalmente na política de Castela, como benefício de grande prestígio, cobiçado pela nobreza de corte. Durante o reinado de Juan II, o título de mestre foi concedido a Álvaro de Luna, o Condestável de Castela, vagando com sua morte, em 1453. Logo, o rei Enrique se torna mestre, até que seu irmão, D. Alfonso, alcançasse a maioria para assumir o cargo⁵⁴. No entanto, em 1462, Enrique IV nomeia seu valido, Beltrán de la Cueva, como mestre, enfurecendo parte da nobreza, principalmente Juan Pacheco, que desejava o título. Arboledas discorre brevemente sobre a decisão de Enrique IV:

A causa do rei Enrique enobrecer dom Beltrán está na falta de apoio nobiliárquico à sua pessoa; Nesta linha, entregou à administração da Ordem de Santiago ao papa, implorando-lhe para retorná-la a seu vassalo, feito consumado que irritou muito a don Juan Pacheco, marquês de Vilhena e aos condes de Alba e Benavente, entre outros, que ergueram bandeira em favor do Infante don Alfonso.⁵⁵

O autor trata da perda de apoio da nobreza a Enrique IV, decorrente do nascimento de sua filha Juana, como também dos privilégios concedidos a Beltrán de la Cueva, em detrimento dos demais nobres da corte. Juan Pacheco, na tentativa de enfraquecer o poder do monarca, passa a apoiar a causa de D. Alfonso, ao qual mais tarde chamaria de rei. Os benefícios do mestrado de Santiago são explicados por Porras Arboledas:

⁵³ PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés. *La Orden de Santiago en el siglo XV*, Madrid: Dynkinson, 1997.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 26.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 152, tradução nossa. No original: “La causa de que el Rey Enrique ennobleciese a don Beltrán está en la falta de apoyo nobiliario a su persona; en esta línea, renunció la administración de la Orden de Santiago en el papa, rogándole proveyera a su vasalo, hecho consumado que enfadó mucho a don Juan Pacheco, marqués de Villena, y a los condes de Alba y Benavente, entre otros, que levantaron bandera a favor del Infante don Alfonso.”

[...] o mestre, mudando o mutável, detinha dentro do instituto um papel certamente parecido ao do monarca em seu reino, com a vantagem de ser, ao mesmo tempo, chefe espiritual de seus freires.⁵⁶

Comparar a influência do mestre à do monarca certamente não é inapropriado. A Ordem de Santiago abrangia todo o noroeste de Leão e Castela, bem como parte de Portugal. A nomeação de Beltrán para o cargo de mestre foi o ápice da insatisfação da nobreza com Enrique IV, e o estopim das articulações do conflito sucessório que o destronaram.

Tal designação foi atacada com diversas demandas pelos nobres da corte, prontamente negadas pelo rei. Firmado um pacto entre Juan Pacheco, seu irmão Pedro Girón e Alfonso Carillo, o Arcebispo de Toledo, a decisão do rei foi formalmente questionada. Em evidente ato político, que claramente demonstra um interesse e um programa, os nobres contrariam Enrique IV e se declaram inimigos de Beltrán de la Cueva. Um dos primeiros atos do grupo foi a tentativa de apoderar-se de Úbeda, cidade natal de Beltrán, devidamente defendida pela família La Cueva, que manteve apoio ao favorito e ao rei.

Por outro lado, formou-se um grupo favorável a Beltrán, onde se destaca a presença dos monarcas Eduardo IV da Inglaterra e Afonso V de Portugal⁵⁷, além do próprio Enrique IV e da família Mendoza, representada principalmente por Diego Hurtado de Mendoza, marquês de Santillana. Durante o conflito, que acabou por adquirir um caráter sucessório, esses dois grupos não sofrem mudanças significativas em suas composições, mantendo seus principais personagens. No entanto, é interessante notar como as relações de parentesco e de clientelismo se fazem presentes nesses grupos. Ambos possuíam agendas próprias e buscaram apoios de outros bandos, às vezes até sem interesses comuns aparentes.

Compreendendo a formação dessas ligas nobiliárias e as razões pelas quais os nobres se enfrentaram ao rei, bem como a rápida ascensão e influência conquistada por Beltrán de la Cueva na corte, algumas reflexões emergem. A abordagem das crônicas

⁵⁶ Idem, tradução nossa. No original: “[...] el maestro, mudando lo mutable, jugaba dentro del instituto un papel certamente parecido al del monarca en su reino, con la ventaja de ser, al propio tempo, jefe espiritual de sus freires.”

⁵⁷ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar, 2006, op. cit., p. 611

escritas sobre o reinado de Enrique IV apresenta um caráter narrativo, cada qual com seu viés. Alonso de Palencia, que foi cronista também de Isabel, a Católica, escreve na perspectiva dos nobres revoltosos, repleta de críticas ao reinado. Por outro lado, Diego Enríquez de Castillo, na condição de cronista oficial do rei, oferece uma visão parcial ao monarca e a seu valido Beltrán de la Cueva. Essas diferenças exigem ao historiador um olhar mais crítico em relação às especulações dos cronistas. Percebe-se que desde a chegada do valido à corte, há uma animosidade devido à sua “linhagem obscura”. No entanto, enquanto Alonso de Palencia critica a presença do favorito, Diego Enríquez o enaltece, reconhecendo seus grandes feitos em Úbeda e as razões pelas quais goza de tanta proximidade com Enrique. Esses contrastes são frequentes no decorrer das crônicas, evidenciando a parcialidade dos autores e a necessidade de uma análise historiográfica sobre eles. Dessa forma, é preciso refletir sobre as razões pelas quais os cronistas abordam o reinado dessa maneira. Como será explorado adiante, a propaganda política foi um dos artifícios utilizados pelos nobres para atacar Enrique IV e Beltrán de la Cueva. Não é descabido assumir que Alonso de Palencia tenha participado desses ataques, como realçado em sua crônica. Já Diego Enríquez de Castillo, cronista oficial, a partir de 1460, adota uma posição bastante favorável, por estar ao lado do rei durante os conflitos e os ataques dos nobres. Os cronistas, evidentemente, possuem posições distintas sobre os episódios, decorrentes de seus diferentes vínculos políticos durante e após esses acontecimentos.

No mesmo passo, não é incomum constatar a influência dessas versões na historiografia, ora as assumindo, ora as rejeitando. No entanto, é importante também contextualizar a utilização das crônicas nessas produções. Como esclarecido na introdução desta monografia, o *Bosquejo Historiográfico...* de Antonio Rodríguez Villa pretende, como diz o título, elaborar um resumo da vida de Beltrán de la Cueva, recorrendo a documentos até então inéditos, dos trabalhos de outros acadêmicos e dos cronistas. Por ser uma obra produzida no século XIX, considera-se de caráter positivista, buscando reabilitar um personagem abandonado pela historiografia sobre o período.

Notam-se, já no prólogo do livro, as intenções do autor. Ao agradecer ao então Duque de Albuquerque, título inaugurado pelo próprio Beltrán de la Cueva, evidencia-se uma afinidade entre o historiador e o duque:

digno de louvor e imitação é o seu exemplo, especialmente em uma nação como a nossa, onde a nobreza guarda em seus arquivos páginas brilhantes e ainda desconhecidas da história do país.⁵⁸

Ao elogiar o duque e criticar a nobreza espanhola, Rodríguez Villa deixa pistas de sua proximidade, que possivelmente facilitou o acesso aos arquivos do ducado de Albuquerque. Sendo assim, não é exagero presumir que, em troca do acesso a esses documentos, o historiador deveria produzir o *Bosquejo*, retomando e enaltecendo a figura do primeiro Duque de Albuquerque.

Então, entende-se que, para a análise do período, mostra-se necessária reflexão crítica ao analisar tanto as fontes primárias quanto as produções historiográficas. Ao observar a formação das ligas nobiliárias e o surgimento de uma insatisfação por parte da nobreza oposta a Beltrán e ao rei, deve-se manter em mente os interesses por trás desse embate, bem como de quem descreve e narra as ações dos dois lados. Dito isso, possibilita-se a investigação dos conflitos do reinado de Enrique IV, classificados como “guerras civis” por alguns historiadores, que indicam o ápice das tensões entre os bandos de nobres. Tais oposições serão apresentadas no capítulo seguinte, mas com a intenção de sublinhar os discursos e ações de seus protagonistas que, por um lado, buscavam a manutenção do poder régio de Enrique IV, e, por outro, o controle nobiliárquico sobre a coroa. Sublinha-se que nunca foi objetivo desses nobres revoltosos o fim da monarquia, mas a manutenção da coroa; com um monarca que atendesse a seus interesses.

⁵⁸ RODRÍGUEZ VILLA, Antonio, *op. cit.*, p. IX, tradução nossa. No original: “digno de alabanza y de imitacion es su ejemplo, sobre todo en una nacion como la nuestra, donde la nobleza atesora en sus archivos páginas brillantes y todavía desconocidas de la historia patria.”

CAPÍTULO 3

Da insatisfação nobiliária ao conflito sucessório

As duas principais ligas nobiliárias formadas durante o reinado de Enrique IV de Castela, abordadas no capítulo anterior, protagonizaram dois grandes eventos que marcaram a história de Castela, no século XV: a Farsa de Ávila, em 1464, e a Batalha de Olmedo, em 1467. Esses acontecimentos ajudaram a moldar o cenário político que culminou no conflito sucessório que levaria à coroação de Isabel, a Católica, em 1479. É importante frisar, no entanto, que o projeto político dos nobres não contemplava acabar com a monarquia, mas, como será demonstrado nesse capítulo, pretendia unicamente proteger seus interesses no jogo político, garantindo que o monarca os defendesse.

A insatisfação nobiliária acentuada pela nomeação de Beltrán de la Cueva, ao cargo de mestre da Ordem de Santiago, ecoou por todo o reino de Castela. Movimentações políticas entre redes de poderes dos nobres contrários a Enrique IV, encabeçados por Juan Pacheco, Pedro Girón e Alfonso Carillo movimentaram outros nobres afastados da corte em um evento conhecido como a Farsa de Ávila, onde foi publicamente declarada a insatisfação desses grupos e promovida a coroação de um novo rei: Alfonso XII. Carceller Cerviño discorre sobre alguns dos motivos que envolveram essa situação:

Entronizavam Dom Alfonso porque quem era rei naquela época não cumpria suas funções - que, denunciaram, eram delegadas a um arrivista - e porque não havia herdeiro legítimo com quem preencher esse vazio de poder a não ser Alfonso.⁵⁹

Pelo trecho destacado, a escolha de Alfonso parece ter sido simples e natural. O Infante era, para os nobres, o herdeiro legítimo com maior potencial e poderia cumprir as funções monárquicas como eles desejavam, eliminando-se o privado. No entanto, o desejo maior da nobreza que se opunha a Enrique era conseguir mais influência na corte

⁵⁹ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar, 2006, op. cit., p. 199, tradução nossa. No original: “entronizaban a don Alfonso porque quien era rey en esos momentos no cumplía sus funciones – las cuales, denunciaban, estaban delegadas em um advenedizo – y porque no había heredero legítimo con el que llenar esse vacío de poder más que Alfonso.”

para que seus pedidos fossem atendidos, sob forma de mercês e benefícios. Como narrado nas crônicas, em nenhum momento os nobres se opunham à ideia do poder monárquico, ou sequer à diminuição ou à supressão de direitos da coroa, almejando somente controlar as fontes de distribuição de riqueza e de decisões no espaço da corte. Portanto, a Farsa de Ávila tinha como principal objetivo destronar Enrique IV e, posteriormente, coroar o novo rei, Alfonso XII.

Em 5 de junho de 1464, a Farsa foi a declaração de que os planos políticos dos nobres haviam sido formulados e estavam prestes a acontecer. Como nos conta a crônica de Diego Enríquez de Castillo:

Logo após o fim do ato com a estátua, os bons criados do Rei, agradecendo as mercês que receberam dele, levaram o Príncipe Dom Alonso para cima do estrado. Onde eles, e os outros Prelados e cavaleiros, erguendo-o sobre seus ombros e braços, em altos brados disseram, Castela pelo Rei Dom Alonso.⁶⁰

Nesse trecho destacam-se alguns pontos importantes que refletem o acontecimento como um todo. Primeiramente, o “ato com a estátua” a que se refere o cronista é o evento em que os nobres se utilizaram de um boneco (efígie) para representar o Rei Enrique IV,⁶¹ sentado em um trono, com uma coroa na cabeça, o qual seria despojado de suas insígnias régias pelos revoltosos, que as entregaram a Dom Alfonso, irmão do Rei. Para Shima Ohara, que escreveu sua tese de doutorado⁶² sobre a propaganda política no conflito sucessório de Enrique IV, esse gesto de destronar o boneco “está baseado na ideologia teológica de Tomás de Aquino que sustenta que no caso de que falhe a revolta, há que matar o tirano para libertar o reino.”⁶³ Portanto, infere-se que o ato de destronar o boneco significou, para os nobres, a liberação do reino da tirania de Enrique IV e o início de um novo reinado sob a tutela de “Dom Alfonso

⁶⁰ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, 1994, op. cit., p. 130, tradução nossa. No original: “Luego que el abto de la estátua fue acabado, aquellos Buenos criados del Rey, agradesciendo las mercedes que de él rescibieron, llebaron al Príncipe Don Alonso hasta encima del cadahalso. Donde ellos, é los otros Perlados é caballeros, alzandolo sobre sus hombros é brazos, con voces muy altas dixeron, Castilla por el Rey Don Alonso”

⁶¹ Similar a como a Inquisição na Espanha punia as efígies de hereges que haviam morrido ou fugido da prisão (MACKAY, 1985, p. 15)

⁶² OHARA, Shima. *La propaganda política en torno al conflicto sucesorio de Enrique IV (1457-1474)*, 2004. Tese (Doctorado en Historia) – Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia Medieval, Universidad de Valladolid, España.

⁶³ *Ibidem*, p. 380, tradução nossa. No original: “está basada en la ideología teológica de Tomás de Aquino que sostiene que en el caso de que falle la revuelta, hay que matar al tirano para liberar el reino.”

XII”. Segundo, vê-se que o ato de levantar Alfonso ocorre como “agradecimento às mercês que receberam”, mais uma vez sublinhando as relações de serviço e benefício que alimentavam essas redes de poder. É importante destacar que esses grupos se vinculavam permanente à coroa. Com essa “Farsa”, parte da nobreza defendia o poder monárquico que, para ela, havia sido enfraquecido pelas decisões de Enrique, que deslegitimava, ao mesmo tempo, a coroa e os privilégios da própria nobreza.

Em um ponto de vista mais próximo dos nobres, Alonso de Palencia oferece outra abordagem ao se referir à Farsa de Ávila. O cronista chama Enrique de

tirano que, não tendo a seu favor nem a energia da alma, nem o talento, nem a habilidade, nem a astúcia, nem qualquer outro dom de habilidade, mas apenas o nome de Rei, era claro para qualquer pessoa sensata que uma vez despojado disso, ele provocaria imediatamente sua ruína.⁶⁴

Percebe-se neste excerto, a opinião dos nobres que revela uma das partes das ofensas direcionadas a Enrique. Declarado tirano, ineficaz e incapaz de governar os reinos de Castela e Leão, restou aos nobres destroná-lo, como indica Palencia no capítulo da crônica em que trata da Farsa de Ávila. Segue, também, para efeitos de comparação, a descrição do cronista sobre o que ocorreu intramuros em Ávila, no dia 5 de junho:

Em seguida, uma estátua do Rei D. Enrique, sentada em seu trono, foi colocada ali; Os Grandes imediatamente subiram, e diante da estátua foram lidas as súplicas e representações de que tantas vezes e em vão os oprimidos apresentaram à Majestade Real; Acrescentaram-se as acusações da obstinação com que aumentaram os impostos dos povos e da corrupção cada vez mais escandalosa, e foi decretada a sentença de destronamento e a extrema necessidade a que obedeciam os que iam executá-la. Imediatamente o arcebispo de Toledo removeu a coroa da estátua; o marquês arrancou o cetro de sua mão direita; o conde de Plasencia a espada; O Mestre de Alcântara e os Condes de Benavente e Paredes despojaram-no de todas as outras insígnias reais e, empurrando-o com os pés, atiraram-no ao chão daquela altura, entre os soluços dos presentes que pareciam chorar a morte desastrada do destronado. Ato contínuo o príncipe D. Afonso ascendeu ao sólio, e

⁶⁴ ALONSO DE PALENCIA, 1973, op. cit., p. 456, tradução nossa. No original: “tirano que, no teniendo en su favor ni la energia de alma, ni el talento, ni la capacidad, ni la astucia, ni outro don alguno de habilidad, sino sólo el nombre de Rey, era claro para toda persona sensata que una vez despojado de él, había de precipitarse al punto hacia su ruina”.

vestiu aquela insígnia com aplausos da multidão que, entre o estrondo dos clarins, o aclamava rei e lhe prestou obediência.⁶⁵

Na descrição do evento, Alonso de Palencia demonstra seu partido, ao tratar os nobres como oprimidos e injustiçados pelo rei que estava sendo destronado. Os grandes, como são chamados na crônica, eram: Alfonso Carillo, o Arcebispo de Toledo, Juan Pacheco, o marquês de Vilhena, Álvaro de Estúñiga, o Conde de Plasencia, Gómez de Cáceres, o mestre de Alcântara, Rodrigo Pimentel, conde de Benavente e Rodrigo Manrique, conde de Paredes. Além desses, outros nobres que faziam parte da liga nobiliária contrária a Enrique IV estavam presentes, como D. Iñigo Manrique, o bispo de Coria e Pedro Puertocarrero, conde de Medellín. É relatado que cada um desses retira ao boneco um símbolo régio, representando o despojamento da qualidade de monarca de Enrique IV. Além disso, apresentam-se os nobres como guardiões da monarquia, protegendo a coroa daquele que era tirano, fraco, desqualificado para o cargo. Relembra-se que a crônica de Alonso de Palencia é mais próxima em sua narrativa ao lado dos nobres, portanto não se estranha a maneira como eles são tratados. Imponentes e grandiosos, os ali citados propiciariam, para ele, a proteção e estabilização da monarquia, levando em conta suas próprias ambições e demandas.

A Farsa de Ávila facilitou também a propalação dos rumores de que Juana não era filha de Enrique, mas, sim, de Beltrán. Um dos motivos pelos quais os nobres declararam a inépcia do rei era a ilegitimidade da princesa, argumento necessário para que Alfonso fosse o herdeiro na linha sucessória. Esse respeito pela tradição da hereditariedade solidifica o cumprimento dos ritos monárquicos por parte dos nobres, evidenciando novamente sua fidelidade à monarquia e demonstrando que seu descontentamento era com Enrique e Beltrán, não com a coroa. Esse acontecimento foi

⁶⁵ Idem, p. 458, tradução nossa. No original: “Colocóse allí luego una estatua del rey D. Enrique, sentado en su trono; subieron inmediatamente los Grandes, y delante de la estatua se leyeron las súplicas y representaciones que tantas veces y tan e, vano habian elevado á la Majestad real los oprimidos; añadiéronse las acusaciones de la obstinación con que se aumentaban los gravámenes de los pueblos y de la corrupción cada vez más escandalosa, y se vino á decretar la sentencia de destronamento y la extrema necesidad á que obedecían los que iban á ejecutarla. Al punto el arzobispo de Toledo quitó á la estatua la corona; el Marqués la arrancó de la mano derecha el cetro; el conde de Plasencia la espada; despojáronla de todas las demás insígnias reales el maestre de Alcántara y los condes de Benavente y de Paredes, y empujándola con los pies, la arrojaron al suelo desde aquella altura, entre los sollozos de los presentes que parecían llorar la muerte desastrada del destronado. Acto contínuo subió al solio el príncipe D. Alfonso, y se revistió de aquellas insígnias con aplauso de la muchedumbre que entre el estruendo de los clarines le aclamó por Rey y le presto acatamiento.”

o ponto chave das tensões que findariam somente após a morte de Enrique. E como aponta Carceller Cerviño, “a partir desse momento o reino se viu dividido entre um e outro partido, e obviamente Beltrán se manteve ao lado de Enrique IV”.⁶⁶

Angus MacKay⁶⁷ explica que os nobres buscavam, por meio da Farsa, a aclamação da *respublica*, e o papel dos súditos era de extrema importância. Da mesma maneira, que aconteceria com Isabel, em 1474, a decisão da escolha do rei Alfonso foi tomada por um grupo de nobres, mas era necessário que a população mostrasse seu acordo e apoiasse o novo rei. Destacando a ilegitimidade de Juana e a ineficiência do rei Enrique em cumprir suas funções de monarca, preferindo delegá-las a seu valido, na Farsa de Ávila os nobres defendiam tanto interesses gerais quanto particulares. Logo, ao saber dos eventos ocorridos em Ávila, Enrique IV reuniu seus homens e se encontrou com Beltrán para marchar em direção a Ledesma. Infrutíferos resultados tiveram essa decisão, e Enrique e Beltrán se viram em uma Castela politicamente dividida, com uma corte enfraquecida, um ambiente perfeito para um conflito militar, que se concretizaria na Batalha de Olmedo.

Pouco se menciona sobre Beltrán nas crônicas durante esse período, e com razão. O valido e mestre de Santiago retirara-se para cuidar de seus domínios e, principalmente, de seu primeiro casamento com Mencía de Mendoza, filha do marquês de Santillana, uma importante aliança política para ele e para o rei. Os casamentos em Castela tinham vários objetivos, desde a troca de benefícios entre nobres até a criação e renovação de alianças. No caso de Beltrán, seu casamento em uma família de grande renome, como a Mendoza, significava sua entrada em um círculo nobiliárquico ao qual não pertencia, lacuna essa bastante criticada pela nobreza cortesã. Além disso, para Enrique IV, garantir o apoio da família Mendoza era de grande importância, pois, já em 1462, rumores da traição dos nobres aliados a Juan Pacheco circulavam pelos corredores da corte.

Não obstante, após o ato com a efígie em Ávila, Beltrán de la Cueva colocou a serviço do rei 500 homens, embora a situação não tenha chegado ao enfrentamento

⁶⁶ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar, 2006, op. cit., p. 200, tradução nossa. No original: A partir de este momento el reino se vio dividido entre uno y outro partidario y, obviamente, don Beltrán se mantuvo al lado de Enrique IV.

⁶⁷ MACKAY, A. Ritual and propaganda in fifteenth-century Castile. *Past and Present*, n. 107, p. 3-43, 1985.

armado. Ao mesmo tempo, Juan Pacheco se ofereceu como intermediário entre Enrique e a nobreza insatisfeita, e como Carceller Cerviño aponta,

claramente pretendia levar adiante as razões que ele mesmo expôs como a causa dos males do reino: que o monarca manteve seu favorito ao seu lado para que a nobreza continuasse a ter motivos para pensar que Dom Beltrán era o verdadeiro rei de Castela; quem realmente tomou as decisões. Por sua vez, tentava impedir que o reino vizinho, com laços familiares evidentes com a monarquia castelhana, ficasse ao lado de Enrique IV.⁶⁸

A liga nobiliária do monarca, formada pelos condes de Alba, Valencia e Trastámara, os Mendozas, o comendador Juan Fernández Galindo e Dom Beltrán, se reuniu em Segóvia para enfrentar a insurreição declarada em Ávila. Alguns confrontos entre os bandos dos nobres e do monarca ocorreram em cidades como Ledesma, Jaén e Simancas, mas nenhum deles foi determinante. O que se destacou foi a fraqueza e instabilidade da corte, uma vez que a divisão política de Castela estava escancarada. Os nobres contrários ao rei, que notavelmente controlavam a opinião pública por meio da propaganda política, atacavam o monarca não só através de conflitos armados, mas também ao minar a influência social da qual gozava Enrique. As duas ligas e seus apoiadores ficaram conhecidas por *alfonsinos*, do partido que apoiava D. Alfonso e sua coroação, e *enriqueños*, que apoiavam não só o monarca, mas também a legitimidade de Juana, filha do rei. Era o ambiente perfeito para uma disputa sucessória, efetivada três anos após a Farsa de Ávila, na Batalha de Olmedo.

Como salienta Carceller Cerviño, “é evidente que os aliados de D. Enrique queriam controlar as decisões do monarca a fim de evitar novos equívocos e de manejarem a situação”⁶⁹. Percebe-se que mesmo entre seus aliados o monarca já não detinha tanto poder quanto no começo do reinado. É importante notar que Enrique nunca exerceu o poder de maneira monopolista, sempre governando com o apoio de sua corte. Ao perder o apoio de parte da nobreza, o monarca se volta para outros que

⁶⁸ Idem, tradução nossa. No original: “pretendia claramente alimentar aún más las razones que a su vez él mismo exponía como causa de los males del reino: que el monarca mantuviera a su lado a su favorito de modo que la nobleza siguiera teniendo motivos para pensar que don Beltrán era el verdadero rey de Castilla; quien tomaba realmente las decisiones. A su vez, trataba de evitar que el reino vecino, con lazos familiares evidentes con la monarquía castellana, se pusiese del lado de Enrique IV”

⁶⁹ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar, op. cit., 2006, p. 223, tradução nossa. No original: “Es evidente que los aliados de don Enrique querían controlar las decisiones del monarca a fin de evitar nuevas equivocaciones y de manejar ellos mismos la situación”

poderiam legitimar sua permanência no trono, e ao mesmo tempo fornecer guerreiros para os conflitos contra o grupo de partidários de D. Alfonso. Percebe-se, então, que as alianças nesse período possuíam diversas facetas, sendo as mais importantes a concessão de benefícios em troca de serviços e a validação do poder do monarca, substanciando as relações de poder. A Batalha ocorrida em Olmedo, principal embate do reinado de Enrique IV, e frequentemente referida como a “guerra civil” do reinado, se deu em 1467.

As crônicas relatam a Batalha de maneira distinta. Alonso de Palencia, do lado dos *alfonsinos*, destaca a movimentação das tropas de D. Alfonso, identificado como rei desde os relatos da Farsa de Ávila⁷⁰, enquanto Diego Enríquez de Castillo que, na ocasião, já era o cronista oficial de Enrique IV⁷¹, enaltece as ações do monarca⁷². De acordo com Palencia:

As cidades souberam o resultado da batalha de forma diferente, porque ambos os lados reivindicavam vitória e os mensageiros traziam notícias diferentes; mas o que deixo referido é o verdadeiro, livre de qualquer influência de paixão ou ódio.⁷³

Palencia ressalta que, embora os dois lados se declarassem vencedores do conflito, para determinar a quem pertencia a coroa de Castela e Leão, ele, que se propunha a relatar a verdade “livre de toda influência”, esclarece que o lado de Juan Pacheco, a quem já chamou de Mestre de Santiago, era vencedor. Diego Enríquez de Castillo, no entanto, tem uma visão diferente do ocorrido, assentada no fato de se declarar testemunha ocular dos acontecimentos. Em conversa com o próprio Enrique IV, narra:

Vinde aqui, Senhor, pois sois vitorioso, e vossos inimigos estão derrotados e destruídos. E quando o rei ouviu o que eu assim lhe dizia,

⁷⁰ Os relatos sobre a Batalha de Olmedo podem ser encontrados no Tomo II, das páginas 215 a 222.

⁷¹ Desde 1460 Enríquez de Castillo já era oficialmente o cronista da corte, e manteve seu posto até a morte de Enrique IV. Alonso de Palencia nunca se afasta, no entanto, e está presente durante o reinado de Isabel a Católica, onde também foi cronista oficial.

⁷² Os relatos sobre a Batalha de Olmedo podem ser encontrados nas páginas 178 a 188.

⁷³ ALONSO DE PALENCIA, op. cit., 1973, p. 73 Tomo II, tradução nossa. No original: “Las ciudades supieron con diversidad el resultado de la batalla, porque ambas partes se atribuían la victoria y los mensajeros llevaban noticias diferentes; mas lo que deixo referido es la verdad, libre de toda influencia de pasión ó de ódio.”

com alegre riso, me disse: cronista, se com tão sãs entranhas como as vossas me aconselhasse [...].⁷⁴

Enríquez del Castillo atesta estar ao lado do rei ao fim da batalha e aconselhá-lo, o que lhe confere autoridade para reconhecer o lado vencedor. No entanto, o consenso historiográfico é que não existiu vencedor claro da Batalha, mesmo que as baixas tenham sido maiores do lado dos *alfonsinos*. De toda forma, é evidente que o rei saiu enfraquecido do confronto. Em um acordo celebrado após a batalha entre Juan Pacheco e Enrique IV, o valido Beltrán de la Cueva renunciou ao Mestrado de Santiago, em troca da renúncia de Dom Alfonso à coroa, e o marquês de Vilhena se tornou mestre da Ordem. Entretanto, o ato acabou por não se concretizar pois a mercê, que dependia da aprovação papal, foi rejeitada por Antonio de Veneris, legado pontifício, que condenava as ações dos rebeldes contra Enrique IV.⁷⁵

Aqui é importante frisar que, por ser um território cristão e católico, Castela mantinha comunicação constante com Roma e o Papa, além de valorizar copiosamente as decisões pontifícias quando lhe convinha. Durante o conflito da Farsa de Ávila, por exemplo, “tanto D. Alfonso como D. Enrique escreveram a Roma justificando o ocorrido, um alegava ser inocente das acusações contra ele [Dom Enrique] e o outro, da legalidade de suas ações [Dom Alfonso]”⁷⁶. Em um documento, datado em 11 de julho de 1465⁷⁷, Enrique IV justifica a entrega do mestrado de Santiago a Beltrán de la Cueva e os problemas que essa mercê acarretaram, explicando que, após a Farsa de Ávila, pediu-lhe que renunciasse ao cargo, mas o valido respondeu negativamente, refletindo um conflito interno entre o rei e seu favorito, mesmo antes da Batalha de Olmedo. Nessa mesma carta, o rei Enrique também explicita a divisão política de seu reinado, pois algumas cidades aclamavam o rei Alfonso enquanto outras ainda estavam sob sua esfera de influência. A solução que Enrique encontra para esse embate é a concessão da

⁷⁴ ENRIQUEZ DE CASTILLO, 1994, op. cit., p. 187, tradução nossa. No original: “Andada cá Señor, que soys vencedor, é vuestros enemigos quedan vencidos, é destruídos. E quando el Rey oyó lo que asi le descia, con alegre risa me dixo: Coronista, si con tan sanas entrañas como las vuestras me aconsejara”

⁷⁵ CARCELLER CERVIÑO, Maria del Pilar, 2006, op. cit., p. 226.

⁷⁶ Ibidem, p. 201, tradução nossa. No original: “Tanto don Alfonso como don Enrique escribieron a Roma justificando lo sucedido, uno, ser inocente de lo que se le acusava (don Enrique), outro, la legalidad de su acción (don Alfonso).

⁷⁷ Carta encontrada na obra *Papeles selectos de los reinados de Juan II de Aragón y Enrique III, Juan I y Enrique IV de Castilla*, manuscrito, fols. 87-89. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=234493&>. Acessado em: 10/02/21.

administração do mestrado por quatorze anos, justificando então um avanço contra os muçulmanos e conquista de seus territórios de direito. Além dessa carta, há outras, tanto do rei quanto de nobres da corte, demonstrando a proximidade e influência detida por Roma em Castela.

D. Alfonso manteve o título de mestre até sua precoce morte, em 1468. O acordo previamente selado entre Enrique IV e Juan Pacheco é então validado, e o marquês de Vilhena se torna mestre da Ordem de Santiago. No entanto, a morte do Infante Alfonso não assegurou o fim dos conflitos entre os nobres e o rei. Com o falecimento do considerado legítimo herdeiro, a nobreza revoltosa escolhe Isabel, irmã do Rei, como potencial sucessora à coroa de Castela e Leão.

Isabel, que seria conhecida pela alcunha *a Católica*, era filha de Juan II e de Isabel de Portugal. Nascida em 1451, a Infanta viveu boa parte de sua infância com a mãe, em Arévalo, após a morte de Juan II e o conflito dos nobres com seu valido, Álvaro de Luna. Durante o governo de Enrique IV, Isabel retornou à corte, em Segóvia, e se inseriu nas políticas do reino. Era madrinha de Juana, filha de Enrique e herdeira ao trono, e, após o batizado, assumiu um papel diferente do que possuía até então. Como aponta Manuel Fernández Álvarez, tornou-se importante peça do jogo político, podendo “converter-se em cabeça de uma revolução nobiliária, se caísse nas mãos de algum nobre poderoso e descontente”.⁷⁸ É importante notar que já nessa ocasião, o reinado de Enrique IV começou a se enfrentar a um jogo político de duas frentes, no qual o rei perdia apoio devido à insatisfação dos poderosos que gravitavam na corte.

Com a insistência dos nobres em atacar Enrique IV, a força política do rei, que já era frágil, se tornou extremamente vulnerável. O monarca assinou, em 1468, o Tratado de Toros de Guisando⁷⁹, declarando sua irmã legítima herdeira e deslegitimando, conseqüentemente, sua filha, Juana. Esse reconhecimento implicou em admitir tacitamente a bastardia de Juana, como manobra política para tentar se manter no poder, agradando a força nobiliárquica que se lhe opunha. Aqui percebe-se também a importância política que Isabel já detinha nessa época. Após a assinatura do tratado,

⁷⁸ FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Isabel, la Católica*. Barcelona: Austral. 2019, p.66, tradução nossa. No original: “podían convertirse en cabezas de una rebelión nobiliária, si caían en manos de algún poderoso noble descontento.”

⁷⁹ MANZANO MORENO, Eduardo, 2010, op. cit., p. 636.

rumores de que Isabel estivesse prometida a Fernando de Aragão começaram a circular pela corte, e em um ato de últimas circunstâncias, Enrique IV anulou o Tratado, declarando novamente sua filha Juana legítima herdeira e realimentando o conflito sucessório que parecia resolvido. Nos anos seguintes, desencadeou-se a Guerra de Sucessão Castelhana, que durou até 1479, cinco anos após a morte de Enrique IV, e findou com a consolidação de Isabel como rainha de Castela. Em um conflito entre “*Isabelinos*” e “*Juanistas*”, diversas ligas nobiliárias declararam seu apoio tanto a Isabel quanto a Juana, e o enfrentamento resolveu-se com a assinatura de um tratado de paz e a consolidação da primeira como legítima herdeira ao trono. Neste conflito, alguns personagens do reinado de Enrique estavam presentes, como Juan Pacheco, à época Mestre de Santiago e partidário de Isabel, como também o próprio Beltrán de la Cueva, que junto à família Mendoza apoiou em determinado momento Juana, mas também Isabel, nos anos finais do confronto.

O reinado de Enrique IV, como explanado nesta monografia, foi um período conturbado da história de Castela. A chegada de Beltrán de la Cueva na corte foi um evento que colocou em movimento os acontecimentos que findariam com a coroação de Isabel, a Católica. Muitas vezes diminuído pela historiografia, por ser considerado um “rei fraco” e desmerecido politicamente, é importante destacar a relevância que esse período e seus personagens vem ganhando na historiografia contemporânea.

Maria del Pilar Carceller Cerviño, historiadora bastante citada neste trabalho, é a principal autora sobre o tema. Em sua tese de doutorado, discorre sobre o ducado de Albuquerque e a linhagem de la Cueva, dedicando vários capítulos a Beltrán. No entanto, como apresentado neste capítulo, a presença do valido e a revolta do bando nobiliário liderado por Juan Pacheco foi um ato sem dúvidas político. Além disso, a Farsa de Ávila é outro acontecimento que tem merecido a atenção dos estudiosos nos últimos tempos. Tanto o próprio trabalho de Carceller Cerviño como o de Shima Ohara destacam os ataques da liga nobiliária contrária ao rei e suas implicações. A ferramenta propagandística dos nobres atingiu uma parcela significativa do reino, ocasionando o desgaste da fama do monarca nas regiões controladas por essa nobreza. Com o reconhecimento e apoio da população, a Farsa foi viabilizada e a coroação do Infante Alfonso simbolizou um ataque direto a Enrique. Portanto, a propaganda de caráter político é fundamental para o fim do governo de Enrique e é prova de que as redes de

influência, tanto dos nobres quanto do monarca, eram substanciais para o controle da coroa.

Sem o apoio dos nobres e do reino, não se governava. Destaca-se a importância das relações de serviço e benefício, cruciais para o modo de governo medieval. O destaque de figuras, como Juan Pacheco, denota também o prestígio que alguns poucos nobres detinham sobre outros, e pode-se dizer que sobrepujavam até mesmo a figura do monarca. Esses nobres detinham importância muitas vezes significativa na composição política do reino, e seu apoio era vital para a manutenção do poder régio. Essa relevância é percebida no próprio Pacheco, que esteve presente na corte de Juan II, Enrique IV e Isabel, a Católica, sendo peça importante nos três reinados. Portanto, fica clara a associação da coroa com os nobres, em um corpo político que se faz presente por toda a Idade Média.

CONCLUSÃO

As movimentações nobiliárquicas foram constantes na corte de Enrique IV. Por meio do seu estudo, é possível compreender um modelo de poder de tipo pluralista, na Castela do século XV. Por meio das redes, que tomam forma nas ligas nobiliárias, e a constante presença de validos na corte, representada por Beltrán de la Cueva, entende-se que não é possível separar o governo de Enrique IV da política e da influência dos nobres. É notável que o descontentamento dos nobres se deu muito mais pelo favorecimento de Beltrán de la Cueva nas decisões da corte do que por uma inabilidade de governar por parte de Enrique IV. Portanto, a presença de Beltrán durante os vinte anos de reinado de Enrique é crucial para se entender as motivações políticas da época.

Ao contrário do que frequentemente defende a historiografia contemporânea sobre o assunto, o rei não governava sozinho, e necessitava da influência de grandes nobres para ter uma estabilidade governamental. Sabendo manejar a situação, Enrique IV governou por um extenso período, o que comprova suas habilidades políticas. No entanto, as constantes manobras políticas, identificadas, principalmente, nas figuras de Beltrán de la Cueva e na liga nobiliária, encabeçada por Juan Pacheco, parecem desenhar um cenário de “instabilidade” e “imprevisibilidade”, dois aspectos que não costumam ser devidamente apreciados por interpretações de tipo “estatalista” e institucionalista. O objetivo dos nobres com as revoltas internas nunca foi de acabar com a monarquia ou a corte, mas de uma maneira explícita alternar a sucessão monárquica, deslegitimando a filha do rei e introduzindo na linha sucessória o descendente real que melhor se adequava aos seus interesses. A coroação de D. Alfonso, que ficou conhecida como a Farsa de Ávila, foi um dos episódios políticos mais marcantes do período. Ao trazer a público súplicas e ameaças que se faziam dentro da corte, os nobres declararam abertamente sua insatisfação para com o rei, ampliando seu poder e influência sobre o reinado através da propaganda política, angariando o apoio do povo. Foi preciso um forte manejo político por parte de Enrique IV para lidar com a situação, que, em 1468, se tornara insustentável ao perceber que mesmo com a morte de Alfonso, a liga nobiliária de Pacheco não recuava. Foi preciso um acordo com Isabel, a nova herdeira escolhida pelos nobres, para acalmar os ânimos exaltados dos descontentes.

De qualquer maneira, o monarca contava com apoiadores e, principalmente, daqueles que se associaram aos interesses de sua filha, Juana. A Princesa de Astúrias teve seu direito hereditário defendido em uma guerra que só findou após a morte de seu pai, em um cenário de sucessão incerto e duvidoso. Por entre todos esses conflitos internos, destaca-se a capacidade de influência dos nobres sobre as decisões do rei, mas assentada em uma retórica que objetivava proteger a própria monarquia. A governabilidade dos monarcas dependia da quantidade e qualidade dos apoios que recebiam, ou seja, dependia de que conseguissem ser percebidos como instrumentos de poder importantes e interessantes para a realização dos interesses particulares de grupos nobiliárquicos que, por sua vez, eram também responsáveis pela realização do bem comum. Assim, tanto os reis como os nobres cortesãos estavam sujeitos a serem classificados de forma negativa: tiranos e inúteis, os primeiros, traidores e corruptos os segundos. Mas essas classificações devem ser entendidas como armas políticas discursivas que as fontes documentais registraram, inclusive, em épocas posteriores aos acontecimentos.

O reinado de Enrique IV se mostra, a partir da análise das crônicas, um governo com as características políticas de sua época. Por meio de relações de poder entre nobres, como também entre o próprio rei e seus validos, é difícil identificar o protagonismo de um único grupo ou personagem. Ao contrário, configura-se um cenário de intensa disputa entre núcleos que se consideram com legitimidade para reivindicar o poder e dos quais o rei participa ativamente. Ao se estudar especificamente o conturbado período sucessório de Enrique, observa-se que o rei agiu de maneira favorável a seu valido Beltrán de la Cueva, negligenciando outros setores nobiliárquicos, talvez mais importantes para a sua governabilidade, resultando nos conflitos sucessórios que findariam apenas com sua morte.

REFERÊNCIAS

1. FONTES PRIMÁRIAS

ALONSO DE PALENCIA. *Crónica de Enrique IV*, Intr. de A. Paz y Melia, BAE, vols. I – IV Madrid, 1973.

ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego. *Cronica del Rey D. Enrique El Quarto*, Intr. de Aureliano Sánchez Martín, vol. único Madrid, 1994.

PÉREZ DE GÚZMAN, Fernán. *Crónica del Serenísimo Príncipe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en León*. Rosell (ed. y notas), Madrid: Ediciones Atlas, 1953.

PAPELES selectos de los reinados de Juan II de Aragón y Enrique III, Juan I y Enrique IV de Castilla, manuscrito, fols. 87-89. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=234493&>. Acessado em: 10/02/21.

2. BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. *Del gobierno de la oligarquía a la tiranía de D. Álvaro (1435-1439)*. Espacio Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval, n. 30, p. 15-82, 2017.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América*. Tradução de Marcelo Rede – São Paulo: Globo, 2006.

CARRASCO MANCHADO, A. I. Enrique IV de Castilla. Esbozo de una representación de la propaganda política. *Orientaciones. Revista de Homosexualidades*, Madrid, n. 2, 2001.

CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. *Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media*. *En la España Medieval*, v. 32, p. 85-112, 2009.

_____. *Realidad y representación de la nobleza castellana del siglo XV: el linaje de la Cueva y la casa ducal de Albuquerque*. Universidad Complutense de Madrid: Servicio de Publicaciones, 2006.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Paris: Editorial Estampa, 1994.

ELLIOTT, John; BROCKLISS, Laurence. *El mundo de los validos*. Madrid: Taurus, 1999.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Isabel, la Católica*. Barcelona: Austral, 2019.

FORONDA, François. La privanza, entre monarquía y nobleza. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.), *La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa* (c. 1230-1504), Madrid: Sílex, 2006.

SOLER GARCÍA, José María. *Historia de Villena: desde la Prehistoria hasta el siglo XVIII*, Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006.

MACKAY, Angus. *Ritual and propaganda in fifteenth-century Castile. Past and Present*, n. 107, 1985, p. 3-43.

MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas Medievales: História de España vol. 2*, Barcelona: Editorial Critica, 2010.

OHARA, Shima. *La propaganda política en torno al conflicto sucesorio de Enrique IV* (1457-1474), 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Letras, Departamento de História Medieval, Universidade de Valladolid, Valladolid.

PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés. *La Orden de Santiago en el siglo XV*, Madrid: Dynkinson, 1997.

RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. *Bosquejo historiográfico de don Beltrán de la Cueva, primer duque de Albuquerque*, Madrid: Luis Navarro Editor, 1881.

SORIANO, Catherine. El exilio voluntario de un condestable de Castilla, Miguel Lucas de Iranzo. *Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, Vol. VI-VII, pp. 71-79, 1988-89.

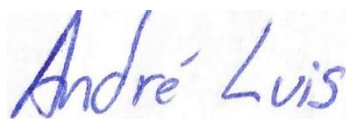
TOMÁS Y VALIENTE, Franciso. *Los validos en la monarquía española del siglo XVII: Estudio institucional*. Madrid: Siglo XXI de España, 2015.

VALDALISO CASANOVA, Covadonga - "Da cronística medieval como obra literária y la literatura medieval como fuente histórica". In COLÓQUIO LITERATURA E HISTÓRIA: PARA UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR, 1, Lisboa, 2005 - "*Literatura e história: para uma prática interdisciplinar: actas*". Lisboa: Universidade Aberta, 2005, p. 115-125.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, André Luís Ferreira da Rosa Junior, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão do curso intitulado “A monarquia em disputa: ligas nobiliárias e validos no reinado de Enrique IV de Castela (século XV)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 30 de abril de 2021.

A handwritten signature in blue ink that reads "André Luis". The signature is written in a cursive style and is centered on the page.

André Luís Ferreira da Rosa Junior